

Byron, Lamartine e Alcipe num Soneto Português (1844)

João Almeida Flor

CEAUL - Centro de Estudos Anglístico da Universidade de Lisboa

Byron, Lamartine e Alcipe num Soneto Português (1844)

Integrado em reflexão desencadeada a propósito do segundo centenário da viagem de Lord Byron a Portugal, o presente trabalho visa contribuir para preencher uma lacuna na linha de continuidade que caracteriza a recepção criativa de *Childe Harold's Pilgrimage* (1812) na cultura portuguesa oitocentista. Com efeito, propomo-nos comentar questões relativas a um soneto de interesse byroniano, até agora negligenciado, apesar de haver sido composto pela Marquesa de Alorna (1850-1839), entre os poetas conhecida por Alcipe, e publicado no volume IV das *Obras Poéticas* (1844), postumamente dadas à estampa por suas filhas, com o apoio editorial de Carlos Manuel Soyé. Como se este aliciante não bastasse, tal soneto constitui ainda o paratexto autoral introdutório, anteposto à tradução, também efectuada por Alcipe, de uma das célebres *Méditations Poétiques* (1820) de Alphonse de Lamartine, justamente aquela que, nessa colectânea inaugural do romantismo francês, o autor dedicara à controversa figura de Lord Byron. Daqui se concluirá como, a partir de um passo de *Childe Harold's Pilgrimage*, as reverberações do byronismo dentro do macro-espaço anglo-franco-português, descrevem trajectórias de fluxo, refluxo e intersecção que demonstram a centralidade da figura de Alcipe como mediadora intercultural, na transição para o romantismo oitocentista.

*

* *

Comecemos por notar que os episódios e o significado genérico da passagem de Lord Byron, no verão de 1809, por terras portuguesas, em trânsito para a Andaluzia e rumo ao Mediterrâneo oriental, podem ser reconstruídos, em termos histórico-biográficos, com base em materiais de índole diversa, a carecerem de estudo crítico contextualizante e relativizador do valor documental respectivo.

A fonte historiográfica principal é constituída por um conjunto de apontamentos memorialísticos manuscritos, em latim e inglês, preparatórios da publicação de um relato da viagem por John Cam Hobhouse, amigo íntimo de Byron que o acompanhou em quase todo o trajecto.¹ Além disso, em registo mais íntimo e com cópia de pormenores pitorescos, a visita a Portugal também surge referida na correspondência epistolar do poeta, datada do verão de 1809.² No entanto, importa reter que todos estes materiais foram disponibilizados mediante publicação, só em data muito tardia, razão pela qual o seu contributo para a construção da imagem de Byron entre nós se pode considerar de importância secundária.

Na verdade, para a recepção de Byron, iniciada ainda em princípios do século XIX, o texto determinante consistiu na verbalização poética de algumas impressões de viagem, subjacentes às estrofes de *Childe Harold's Pilgrimage* (1812), dedicadas à geografia física e humana do nosso país e, em particular, à cidade e região de Lisboa. Nos leitores portugueses, o tom depreciativo do passo provocou ressentimento imediato e duradouro, pela denúncia da pretensa incultura e falta de polimento civilizacional dos habitantes e naturais, em contraste com o louvor entusiástico, suscitado pela beleza natural de um conjunto de lugares amenos e paisagens edénicas dos arredores da capital. Com efeito, lido na estrutura superficial da sua literalidade, o passo tem sido entendido como insultuosa afronta aos valores da auto-estima portuguesa, para mais em tempo de protonacionalismo romântico. Assim, logo a partir da recensão e tradução parcial do poema, promovidas pela primeira geração de exilados criptoliberais em Inglaterra,³ os portugueses têm procurado tirar desforço da alegada insolência byroniana, publicando sucessivos desagравos, réplicas, e repúdios poéticos, assinados por inúmeros autores. O mais curioso talvez seja observar como boa parte destes, a despeito das polémicas luso-britânicas, não logrará eximir-se à influência exercida pela voz de Byron, romântico por anto-

¹ Cf. João Almeida Flor, “A propósito de um manuscrito do Museu Britânico sobre a viagem de Byron a Portugal”, RFLUL, 4ª série, I (1976-77).

² Por exemplo, em cartas dirigidas a sua Mãe e a alguns amigos.

³ João Almeida Flor, “An early Portuguese review of *Childe Harold's Pilgrimage*”, *Byron / Portugal*, Lisboa, 1977.

nomásia, que a Europa coeva se habituara a aclamar, pelo seu exemplo geracional de fulgor poético, subjectivismo exacerbado, titânica rebeldia e pessimismo existencial, amiúde condimentado pelos escândalos da sua assumida luxúria.

Deste modo, a princípio difundidas sobretudo pelas traduções francesas de Benjamin de la Roche e também de Amédée Pichot, a poesia e a reputação byronianas transformam-se, em Portugal, numa espécie de grande liça literária que anima a imprensa periódica da época e se aviva em volumes publicados durante todo o século XIX. Entre os autores dispostos a defender, com pundonor, a dignidade da nação vilipendiada, contam-se os nomes de Almeida Garrett (1824), Alexandre Herculano (1829), Camilo Castelo Branco, Bulhão Pato (1857), António Pedro Lopes de Mendonça (1858), Rebelo da Silva e Guerra Junqueiro (1874).⁴ Em contrapartida, outros literatos, como sejam João de Lemos (1859), Alberto Telles (1879) e D.G.Dalgado (1919), esforçam-se por atenuar o efeito negativo das estrofes de *Childe Harold's Pilgrimage*, tomando uma posição conciliatória que tende a julgar procedentes alguns dos reparos de Byron em relação a Portugal, ou então, a congeminar explicações e atenuantes para a animosidade do poeta. Entretanto, no decurso do século XIX, tal apaziguamento será reforçado mediante publicação de um número crescente de traduções portuguesas de poemas byronianos, primeiro em periódicos e depois em livro, tema por nós já estudado noutra lugar.⁵

A propósito deste conflito de opiniões, recordemos a síntese clarividente, elaborada por Fernando de Mello Moser, primeiro Presidente da Secção Portuguesa da International Byron Society e autor de um ensaio sobre a reputação do poeta entre nós:

[...] the story of Byron's reputation in Portugal until the later nineteenth century is, to a great extent, the story of a grievance, stressed by those on one side who repeatedly showed

⁴ Maria Leonor Machado de Sousa, "Tempting Demon": the Portuguese Byron, *The Reception of Byron in Europe*, London, 2004.

⁵ João Almeida Flor, "Byron em português: para o estudo histórico-cultural da tradução literária", *Dedalus*, 5, 1995.

that Byron had grossly exaggerated and had, in fact, been prejudiced in his remarks concerning the Portuguese people, and attenuated by those on the other side who tried, not too successfully to justify Byron's ways to their compatriots.⁶

Ora, transposto que foi já o limiar do século XXI, como poderemos nós aqui equacionar tal problema que tem alimentado a vitimização dos portugueses, injustiçados por acintosos versos? Em boa verdade, estamos em crer que tal questão sempre derivou e deriva da identificação do protagonista Childe Harold com o próprio Byron, motivo pelo qual conviria ultrapassar, em definitivo, as polémicas serôdias e estéreis, travadas em torno de ressentimentos e desafectos recíprocos, no intuito de transferir a discussão para o campo da hermenêutica literária e inscrever o passo famoso no seu contexto histórico, literário e cultural.

Em primeiro lugar, sublinharemos como a posição teórica das poéticas anglófonas (pós)modernistas encara a identificação tendencial do autor empírico (neste caso, o homem Byron) com o sujeito lírico ou narrativo (aqui, a personagem Harold) como um pressuposto metodologicamente pretérito, em óbvia concordância com a estética romântica da sinceridade confessional e intimista mas insusceptível de fundamentar, sem reservas, uma leitura literária actualizada. De facto, em sintonia com a adopção de modelos sócio-económicos de inspiração demo-liberal, a profunda crise da consciência individual e colectiva, ocorrida na transição para o século XIX e acentuada no apogeu do chamado período vitoriano, originou um fenómeno de gradual fragmentação, dissociação e multiplicação do sujeito discursivo que, no paradigma pré-modernista então emergente, foi corroendo a noção de escrita como expressão plena e imediata da personalidade autoral. Em nossa opinião e de harmonia com esta viragem, justifica-se, então, propor hoje que a lusofobia tradicionalmente imputável ao homem e ao poeta Byron seja, antes, interpretada como estratégia discursiva, no quadro de uma poética singularmente receptiva a atitudes histriónicas de fingimento e simulação. Além disso, exprimindo a

⁶ F. de Mello Moser, "Byron and Portugal: the progress of an offending pilgrim", *Byron's political and cultural influence in 19th century Europe: a Symposium*, NJ, 1981 e João Almeida Flor, "Lord Byron", *Biblos*, I, Lisboa, 1995

revolta prometeica e a disforia romântica de toda uma geração, o texto logra desempenhar essencialmente três funções complementares. Primeiro, documenta o potencial desdobramento polifónico e dramático da escrita lírica byroniana; depois, remete para a especificidade de uma situação narrativa e descritiva concreta e condicionante do sentido geral do poema; finalmente, dá voz à sensibilidade peculiar do protagonista Harold, figura ficcionada como *persona* literária, num palco onde contracenam outras alteridades (pré)modernistas.

Em segundo lugar, numa perspectiva histórico-política, o leitor de hoje recordará como os episódios bélicos da primeira invasão napoleónica, referidos em *Childe Harold's Pilgrimage* e, em particular, o seu controverso desfecho na chamada Convenção de Cintra (1808), considerada ignominiosa pela opinião pública coeva, concorreram para que Byron e os liberais britânicos verberassem esse capítulo da Guerra Peninsular, e, por extensão abusiva, o país onde ele decorreria.

Em terceiro e último lugar, a interpretação actual das estrofes problemáticas poderá fundamentar-se no facto de o universo simbólico do poema denotar a marca rousseauista, herdada por certas antinomias românticas. Com efeito, em *Childe Harold's Pilgrimage*, deparamos, por um lado, com a celebração apoteótica das categorias paisagísticas do pitoresco ou do sublime, quer como emblemas da idade áurea e sua harmonia edénica, quer como sinais de uma energia criadora, natural e transcendente. Por outro lado, no extremo oposto, assinalamos a denúncia da indesejável presença e acção humana (no caso vertente, portuguesa) cuja pecaminosa desmesura ameaça macular, degradar e contaminar espaços indevidamente civilizados.

Indicados sucintamente três argumentos que nos obrigam hoje a formular objecções à leitura linear e biografista do passo em questão e suas justificações fantasiosas, aproximamo-nos agora do texto byroniano de Alcipe, intitulado “Soneto (que não serviu) dedicando uma obra poética ao autor de Childe Harold”, aqui transcrito com grafia actualizada.⁷

Não me arrasto ante Heróis nem Potentados
Para oferecer-lhe os frutos do juízo;

⁷ Marquesa de Alorna, *Obras Poéticas*, vol IV, Lisboa, 1844, p. 227.

Acolham-nos as Musas de um sorriso
Ou só por elas sejam castigados.

Tu, que sem compaixão dos Lusos Fados,
Deste as cores do Averno ao Paraíso,
Aplaque-te esta ofrenda; acho preciso
Que te sejam meus versos dedicados.

Se eles são bons, se a par do Venusino
Colho flores nas bordas do Permesse,
Desagravo a Nação de um desatino.

Se são maus, indulgência não te peço:
É de humanos errar, não temo ensino;
Da glória que te dou não me entristeço.

Centralmente interessados no valor documental do poema, deixaremos de lado a apreciação de eventuais valores estéticos, para concentrar atenções nos aspectos julgados pertinentes, em termos da recepção de Byron pela cultura portuguesa.

Importa notar como, em lugar de ser mencionado pelo nome, Byron é evocado no título apenas enquanto criador de *Childe Harold*, quer dizer, através de uma tática de circunlóquio que indirectamente revela a identidade do destinatário mas logo focaliza as atenções num único poema, precisamente o que documenta incidências portuguesas. A corroborar tais palavras, a apóstrofe da segunda quadra demonstra ser justamente a alegada lusofobia byroniana (“Tu, que sem compaixão dos Lusos Fados / Deste as cores do Averno ao Paraíso”) o alvo que Alcipe pretende atingir.

Em complemento, também numa nota de pé de página, pode ler-se a seguinte explicitação da autora:

“Lord Byron quando, no 1º canto do sobredito poema de *Childe Harold*, descreve os sítios de Portugal, e os seus costumes, trata despiedadamente os Portugueses; e isto quando eles sofriam grandes calamidades na época da invasão de Bonaparte.”⁸

⁸ *op.cit.* p.227.

Assim sendo, com o objectivo genérico de cumprir os ritos do desagravo nacional, a argumentação do soneto de Alcipe desenvolve uma tópica que engloba várias noções conexas, envoltas ainda em múltiplas referências culturais greco-latinas, caras à poética do neoclassicismo setecentista. Igualmente se salientam a concepção não-utilitária da poesia e a respectiva função sacrificial, restauradora da harmonia cósmica, bem como a sua capacidade de proporcionar ressarcimento moral aos injuriados e de conceder imorredoura glória a quem for nomeado como objecto ou destinatário do canto. Daí deriva a necessidade redundante de incorporar no próprio texto a dedicatória a Byron (“Aplaque-te esta ofrenda; acho preciso / Que te sejam meus versos dedicados.”).

Além disso, o soneto apresenta-se-nos como poema prefacial a um texto mais extenso que, para Alcipe, funciona igualmente como réplica ao autor de *Childe Harold's Pilgrimage*. Curiosamente trata-se de uma tradução do francês, a “Epístola a Lord Byron, imitada da II Meditação de Alphonse de Lamartine, intitulada O Homem” e, à primeira vista, pode causar estranheza que Alcipe tivesse confiado a função de dar livre curso ao seu próprio pensamento, através da versão de um texto alheio. No entanto, talvez seja este um dos sinais da elevada dignidade atribuída pela autora à tradução, ou melhor à imitação literária, que, embora pertença à categoria metatextual das escritas derivativas e de segundo grau, consente certas modalidades de intervenção estética, pela apropriação subjectivante do sentido.

Noutro plano, com os materiais actualmente disponíveis, não parece fácil determinar a data de composição do soneto em estudo nem da tradução mencionada mas será possível situá-los em fase tardia da produção literária de Alcipe, necessariamente posterior a 1820, ano da primeira edição de *Méditations Poétiques* de Lamartine. Escasseiam igualmente os dados sobre os modos e a ocasião que propiciaram o contacto da tradutora com a citada colectânea, uma das obras inaugurais do romantismo europeu, mas a consabida familiaridade de Alcipe com a língua francesa e o seu relacionamento duradouro com literatos cosmopolitas como sejam Mme de Stael e Filinto Elísio, longos anos exilado em França, pode ter facilitado o acesso ao original. De resto, a proximidade de Lamartine ao círculo de relações de Alcipe comprova-se pelo facto de o autor francês haver dedicado a Filinto um extenso poema, intitulado “La Gloire: à un poète exilé”,

que veio a lume no ano de 1827, em edição bilingue, donde respigamos a citação seguinte:

Ton destin, ô Manoel, suivit la loi commune,
 Ta muse t'enivra de précoces faveurs,
 Tes jours furent tissus de gloire et d'infortune !...
 [...]
 Ni l'exil, ni les fers de ces tyrans du Tage
 N'enchaîneront ta gloire aux lieux où tu mourras;

Lisbonne la réclame, et voilà l'héritage
 Que tu lui laisseras.⁹

Note-se que o anónimo tradutor português deste encómio lamartiano, publicado nas páginas de um periódico, acrescentou-lhe palavras prefaciais onde lamenta a pouca atenção entre nós atribuída às belas-letas, concluindo nestes termos:

“Esta maneira de proceder exemplifica-se mui bem e o leitor inteligente [...] nos poupa o desgosto do seu desenvolvimento, não menos assassino do amor próprio nacional que a descrição do porto de Lisboa de Lord Byron e as queixas de um verdadeiro patriota no epifonema do poema *Camões*.”¹⁰

Importa ainda completar a presente exposição, com observações relativas ao significado da tradução do poema byroniano de Lamartine, assinada por Alcipe.

A primeira edição de *Méditations Poétiques* (1820) contém vinte e quatro poemas mas, em datas sucessivas, estes sofreram grande número de emendas, aditamentos e alterações que tornam singularmente árduas as tarefas da crítica textual contemporânea. Por seu turno, a resistência dos poemas à leitura interpretativa provém, não só da sua heterogeneidade formal, cronológica e temática mas igualmente das constantes remissões para um quadro cultural de feição complexa e quase sincrética. Com efeito,

⁹ Fernando Moreira (ed.), *Obras Completas de Filinto Elísio*, Tomo V, Braga, 1999.

¹⁰ *Novos Anais das Ciências e das Artes*, nº2, (Março), Paris, 1827.

no timbre de Lamartine coexistem a tradição e a inovação discursiva, o universo mental judaico-cristão e as posições agnósticas, bem como a resignação do estoicismo a par da insurreição prometeica contra a ordem estabelecida. Vale a pena frisar o facto de tais antinomias manifestarem profundas afinidades e relações intertextuais com a obra byroniana então em voga, factor que contribuirá para explicar o êxito imediato de Lamartine junto do público e da crítica, materializado nas nove edições da colectânea, em apenas três anos.

Por sinal, embora sejam também detectáveis em outras obras como *Le Dernier Chant du Pèlerinage d'Harold*, *Nouvelles Méditations*, *Harmonies Poétiques*, *Jocelyn* e *Vie de Lord Byron*, as afinidades e dependências de Lamartine em relação ao seu modelo inglês são explicitadas precisamente no segundo poema da colectânea de 1820 (“Méditation Deuxième: L’homme, À Lord Byron”) e num extenso comentário, incluído no final do volume:¹¹

Lord Byron est incontestablement à mes yeux la plus grande nature poétique des siècles modernes. [...] Je devins ivre de cette poésie. J’avais enfin trouvé la fibre sensible d’un poète à l’unisson de mes voix intérieures. Je n’avais bu que quelques gouttes de cette poésie, mais c’était assez pour me faire comprendre un océan. [...] Je m’assis au coin d’un petit feu de ceps de vigne, que je laissais souvent éteindre, dans la distraction entraînant de mes pensées; et j’écrivis au crayon, sur mes genoux, presque d’une seule haleine, cette méditation à lord Byron.

Resumidamente, este poema lamartiniano, traduzido por Alcipe, constitui uma apóstrofe ao próprio Byron cujo orgulho conduziu à revolta contra Deus, na inútil tentativa fáustica de ultrapassar a debilidade e as limitações da condição humana. Desta premissa decorre que a aceitação resignada dos desígnios da onnipotência divina seja a única atitude consentânea com a lei interior que sempre preconiza o imperativo da esperança. A concluir, Lamartine exorta Byron a cantar inspiradamente a providência

¹¹ Alphonse de Lamartine, *Méditations*, (ed. F. Letessier), Paris, 1968, 327 ss.

divina, a submissão humana e os afectos do coração. Na tradução de Alcipe:¹²

Ser homem, e querer saber é crime:
 Ignorar e servir é lei severa,
 Mas lei do nosso ser. Dura verdade!
 Sofre-a, ó Byron, pois sobre nós impera.
 [...]
 Quer amar, mas é frágil quanto ama!
 Todo o mortal parece-se na terra
 C'ó degradado do Éden, quando irado
 Do celeste jardim Deus o desterra.
 [...]
 Silêncio, ó minha lira!... E tu, ó Byron,
 Que os corações imersos na agonia
 Tens nas mãos e avalias os humanos,
 Extrai dela torrentes de harmonia.
 [...]
 Precederás os génios mais sublimes
 Com que brindou o mundo sabiamente
 O Criador de tudo : fez o Vate
 Para cantar e crer e amar somente.

Que conclusões servirão de remate a esta exposição, iniciada e terminada em Byron, após excursos e digressões que se revelaram necessários?

Procurando ultrapassar o horizonte factual e biobibliográfico, a nossa reflexão orienta-se para enquadramentos comparatistas, exemplificativos da rede triangular de migrações textuais, registadas entre a Inglaterra, a França e Portugal, na longa transição para o século romântico. Por um lado, tal intercâmbio constante testemunha o crescente fenómeno de globalização cultural europeia e, por outro, origina a produção e circulação de imagens e contra-imagens identitárias, como as de Portugal em Byron, que afirmam e reivindicam as irredutíveis especificidades locais, regionais e nacionais, legadas pelo pensamento de Herder, Fichte e Humboldt à antropologia romântica.

¹² Marquesa de Alorna, *loc. cit.*

Neste ponto, afigura-se adequado sublinhar como a exploração sucinta de uma rede de relações literárias, estabelecidas entre intelectuais da Europa oitocentista, acabou por nos proporcionar o encontro textual de figuras poéticas tão marcantes como Byron, Lamartine, Filinto Elísio, Alcipe e até Garrett que, de uma ou de outra forma, intervieram na (des)construção do retrato lusitano, extraído das páginas de um dos mais celebrados românticos ingleses.

Finalmente, em termos de história literária, a tradução dos poemas referentes a Byron / Lamartine por Alcipe, publicados nas *Obras Poéticas* em 1844, marca justamente o arranque da fase ascendente na reputação de Lamartine em Portugal, que atingirá a apogeu na década seguinte, para entrar em declínio a partir de 1860-65.¹³ Podemos, pois, sugerir que a obra de Lamartine, difundida entre nós a partir da década de quarenta, (ou seja, com o intervalo de uma geração após o sucesso de estreia de *Méditations Poétiques*) terá desempenhado papel de relevo como veículo introdutório da tópica byroniana na cultura portuguesa contemporânea. Com efeito, ao trabalho pioneiro de Alcipe ficamos devendo tal forma de recepção criativa indirecta, manifesta no comprazimento em glosar a sintomatologia da chamada síndrome romântica, desde os infortúnios do amor até ao refúgio em isolamento, desde o peso de antiquíssima transgressão inominada até aos refrigérios da natureza, desde o sentimento elegíaco da transitoriedade humana até ao recolhimento contemplativo e jubiloso, pela esperança na regeneração final.

¹³ Maria de Fátima Outeirinho, *Lamartine em Portugal: alguns aspectos da sua recepção* (1840-1890), Porto, 1992, *passim*.

